

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

PESSIMISMO NACIONAL

por Mário Soares

O pessimismo, que deriva da falta de perspectiva, está a alastrar, perigosamente, na sociedade portuguesa. As pessoas estão confusas, sentem que vão de mal a pior, muitas estão desempregadas, as empresas em que trabalhavam fecharam, vivem de reduzidos subsídios e desistem de arregaçar as mangas e, com alguma imaginação, procurar novos trabalhos. Que os há, embora não sejam fáceis. Continua a haver falta de mão de obra não especializada, electricistas, canalizadores, trabalhadores para os campos, muitos dos quais estão abandonados, para trabalhos e arranjos domésticos e para apoiar os outros. Nas grandes cidades, vêem-se muitas pessoas precocemente reformadas, com pensões de miséria, que desistiram, contudo, de concorrer no mercado de trabalho – que, obviamente, não é fácil – e se limitam a vegetar, como podem, inactivos, à espera da morte... É terrível!

O pessimismo nacional, a renúncia de viver e de lutar, é assim uma doença que alastra na sociedade portuguesa, e que se vai tornando endémica, tanto nos grandes centros como nos campos e nas aldeias. Num passado recente, com uma abastança maior, embora artificial, porque veio de fora e dos fundos europeus, deu-se um amplo alargamento das classes médias – hoje a caminho, em muitos casos, da pauperização - que explica, em boa parte, este fenómeno.

Mas os pessimistas profissionais que vêm tudo negro, por definição, e peroram, impunemente, nas televisões, nas rádios e não se cansam de profetizar desgraças – por causa do deficit crescente e da dívida pública em aumento – e de prever catástrofes, contribuem muito para agravar o pessimismo nacional, sem se importarem com as consequências sociais negativas que daí advêm. Chegam a prever o futuro do nosso País em desagregação ou, ainda pior: do seu desaparecimento, como Estado. Pensam e dizem mal de tudo e de todos – sem, no entanto, se julgarem obrigados a indicar perspectivas alternativas para vencer a crise que nos afecta e os males que não se cansam de nos anunciar...

É evidente que vivemos um período de crise estrutural, que vem de longe, e global, que foi importada. Devemos, lucidamente, lutar contra ambas. Mas comparativamente aos nossos parceiros europeus nem sequer estamos piores do que muitos deles: a nossa vizinha Espanha, a Grécia, a Irlanda, os países Bálticos ou até a Itália... Não é motivo, claro, para nos alegrarmos com o mal dos outros. Mas é necessário que tenhamos o sentido da relatividade das coisas e não exagerar o pessimismo, sobretudo, sem termos alternativas para apresentar ou coragem de apontar os responsáveis.

Por mim, procurando ver as coisas com realismo e esforçando-me por não ser optimista nem realista, mas determinado – como dizia o Poeta – acho que a crise global ainda está para durar, apesar de sinais óbvios de melhoras. Crise global – diga-se - que não é só económica e financeira. Implica, para a combater com eficácia, uma mudança drástica global: um novo modelo de crescimento, mais social, ambiental e, sobretudo, mais ético. E a punição dos seus principais responsáveis.

Mas temos crises estruturais, que urge, igualmente, combater: o abandono da agricultura, que no passado se dizia, erradamente, em tempo de vacas gordas, “que era para esquecer”... E não é. Precisamos de produzir a sério mais vinho, azeite, cortiça, mas também frutas e legumes, para exportação e, obviamente, proteger as florestas.

A necessidade imperiosa de regressar ao mar – a nossa principal riqueza nacional, tão esquecida, tendo a maior área marítima europeia – e de explorar as suas imensas riquezas: as pescas, a marinha mercante, o desenvolvimento dos portos, a exploração das profundidades marinhas, o turismo, a preservação da beleza das costas, etc. Melhorar a educação, de que se diz tanto mal, embora tenhamos, pela primeira vez, um escol jovem académico que, em todos os domínios da Ciência, da Tecnologia, até às Artes e à Literatura, não fica atrás dos melhores do Ocidente (América e Europa).

É certo que temos uma administração pública desmotivada e desmoralizada, que importa prestigiar e abrir a novas oportunidades. Nisso consiste, principalmente, a tão falada reforma da administração, com progressos, não os nego, mas insuficientes. E temos, infelizmente, uma classe política hoje bastante desprestigiada – tantas vezes por más razões – que vem, em geral, das

clientelas partidárias, sem uma visão clara do serviço público e, frequentemente, da falta de sentido de idealismo político-ideológico e da honra que representa servir o Estado, cívica e desinteressadamente.

Os Partidos, quer do Governo quer da Oposição, têm vindo também a fechar-se, nas suas pequenas querelas, e a afastar-se da sociedade civil. O que é um perigo, a prazo. Não há democracia pluralista sem Partidos, embora, diga-se, os Partidos não esgotem a Democracia...

O descrédito da Justiça. Apesar de tudo o que escrevi acima, se me perguntassem o que, na crise moral e cívica actual, me preocupa mais, responderia, sem hesitações: o descrédito da Justiça. Porquê?

Porque a Justiça, no seu conjunto, representa um órgão essencial de soberania – o poder judicial – sem o qual não há equilíbrio entre os outros órgãos de soberania: Presidente da República, Assembleia da República, Governo. É uma das colunas essenciais para o bom funcionamento da nossa Democracia.

Por isso, deve ser isenta, equitativa, não partidária, célere, independente e eficaz.

No antigo regime a Magistratura Judicial (dos juízes) e do Ministério Público estavam juntas, isto é: a segunda tinha acesso à primeira e, quando lá chegava, tinha já um considerável capital de experiência. Agora não. São separadas, às vezes rivais e não se sentem sequer, suponho, da mesma família.

Não sei se foi uma boa coisa. Quando depois do 25 de Abril ocorreu a separação, fui contra, mas não o suficiente, porque juristas muito melhores e mais experimentados do que eu – como Salgado Zenha, Almeida Santos, o juiz Pinheiro Farinha e outros mais – se pronunciaram a favor da reforma da separação. Então, admiti que poderiam ter razão. Mas hoje tenho dúvidas...

Para além disso, criaram-se sindicatos de juízes e sindicatos do ministério público. Aí não tive qualquer responsabilidade. Sou partidário, claro, da existência de Sindicatos fortes, livres, independentes dos Partidos e intervenientes, em defesa dos interesses dos seus associados. Mas, no caso sob análise, trata-se de Sindicatos do poder judicial, um órgão de soberania colectivo. O que faz a sua diferença. Tanto que não há Sindicatos dos agentes dos outros órgãos de soberania...

Contudo, enquanto defendem interesses profissionais (corporativos, para ser mais claro), tudo bem. Mas quando ultrapassam esse nível e entram na discussão política partidária pura, isso, faz-me muita impressão. Como, aliás, os sindicatos da polícia, quando discutem questões que ultrapassam os seus interesses estritamente profissionais...

Ultimamente temos assistido, através dos órgãos de Comunicação Social, a intervenções políticas, que me parecem inaceitáveis, da parte dos representantes dos sindicatos da Judicatura e do Ministério Público e até a pequenas insinuações de uns para com os outros. Sem que as autoridades superiores de cada uma delas intervenham, como seria lógico e necessário. Isso não é tolerável. Como não são as fugas ao segredo de Justiça, que só podem vir de quem investiga – e ninguém tem coragem de punir – embora sejam uma das causas principais do descrédito da Justiça, visto gerarem esses verdadeiros “assassinatos cívicos” na praça pública, de políticos e empresários contra os quais – inocentes ou culpados, não se sabe – não se apresentam provas, passam os anos e ficam, quase sempre, impunes...

Essa escondida conexão entre o poder judicial ou a Polícia Judiciária e alguma comunicação social, “especializada” nas fugas de informação, não só tem desacreditado terrivelmente a Justiça como põe em causa o nosso sistema democrático. Estamos assim a caminhar, insensivelmente, para uma espécie de “italianização” do nosso regime, como aliás aconteceu com a nossa I República entre 1924 e 1926... Os partidos e os órgãos de soberania que se cuidem! Não queiram assumir essa responsabilidade.

Obama: prémio Nobel, Afeganistão, Copenhaga. A semana que passou e a actual puseram em evidência o Presidente dos Estados Unidos, pela sua deslocação à Europa e os discursos notabilíssimos, que proferiu. Contudo, há um mas... a defesa que fez da “guerra justa”, conceito que vem de longe e que é terrivelmente ambíguo.

Evidentemente, contra o flagelo de um Hitler – ou de qualquer outro ditador sanguinário – a guerra pode ser talvez justa, porque, necessária para preservar a Democracia e os Direitos Humanos. Mas que diferença há entre a guerra invasora do Iraque, que Obama condenou por ser injusta e, por isso, prometeu retirar de lá as suas tropas (o que está a ser difícil, como se sabe) e a guerra do

Afeganistão, feita com o aval das Nações Unidas, para onde decidiu enviar mais 30.000 soldados americanos? O aval das Nações Unidas? A participação de uma organização defensiva que se tornou ofensiva – como a NATO – e que se está progressivamente a desprestigiar? A diferença é quase nula, e por isso, muito discutível. De resto, o exemplo do Vietname está presente no mundo inteiro e conta muito. Começou também, com Kennedy e Johnson, com as melhores intenções e, depois, acabou como se sabe...

Obama defendeu-se bem, num discurso em favor da não violência, humanista, bem pensado, citando os exemplos de Wilson, Luther King, Gandhi, Mandela, não ocultando, com manifesta sinceridade, as contradições em que se debate, na sua dupla qualidade de Presidente, pacifista e de Chefe Supremo das Forças Armadas americanas. O tempo dirá como irá viver essa contradição – e sair dela – não deixando de ser admirável a forma como a expôs, no seu discurso do Nobel, dirigido à consciência do Mundo.

Falta agora Copenhaga e ver como os dois maiores poluidores mundiais – a China e os Estados Unidos – se irão comportar. É indispensável avançar em termos ecológicos claros a partir do conseguido em Quioto. Espero que a consciencialização que a sociedade civil tem provocado em Copenhaga consiga impor-se e influenciar a China e os Estados Unidos.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1009